



Confluências Culturais

Revista Interdisciplinar

v. 13, n. 1: Patrimônio Industrial: Trabalho, Memória e Ambiente – 2024 – ISSN 2316-395X

Memória, ruína e paisagem cultural do trabalho e da produção industrial no Piauí¹

Memory, ruin and cultural landscape of work and industrial production in Piauí

Alexandra Sablina do Nascimento Veras²
Antonio Gilberto Ramos Nogueira³

Recebido em: 31 mar. 2024
Aceito para publicação em: 8 maio 2024

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar as relações entre memória, ruína e paisagem cultural, focando na cidade de Parnaíba, localizada no litoral do Piauí, região do nordeste brasileiro. Por meio de memórias orais associadas ao patrimônio industrial, compreende-se que a atividade industrial deixa suas marcas nas paisagens urbanas, não apenas relacionadas aos vários vestígios de estruturas e instalações obsoletas e/ou adaptadas a novos usos, mas também às formas como essas paisagens são significadas e ressemantizadas pelos trabalhos da memória: é a memória na paisagem. Memória na paisagem é aquilo que permanece como *ruína*, resistindo entre a lembrança e o esquecimento, nas paisagens da cidade e nas paisagens da memória.

Palavras-chave: memória; ruína; patrimônio industrial; paisagem cultural.

Abstract: This article aimed to analyze the relationships between memory, ruins and cultural landscape, focusing on the city of Parnaíba, located on the coast of Piauí, in the northeastern region of Brazil. Through oral memories associated with industrial heritage, it is understood that industrial activity leaves its marks on urban landscapes,

¹ Este texto é resultado de uma parte das discussões realizadas na dissertação intitulada Usos do passado, memória e apropriações do patrimônio industrial de Parnaíba, Piauí (1940, 1970-1980, 2000-2019), apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará (PPGH/UFC).

² Doutoranda em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

³ Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor associado do Departamento de História da UFC. Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisa em Patrimônio e Memória (GEPPM/UFC/CNPq).

not only related to the various traces of obsolete structures and installations and/or adapted to new uses, but also to the ways in which these landscapes they are signified and resemantized by the works of memory: it is memory in the landscape. Memory in the landscape is what remains as a ruin, resisting between memory and oblivion, in city landscapes and in the landscapes of memory.

Keywords: memory; ruin; industrial heritage; cultural landscape.

Resumen: Este artículo tuvo como objetivo analizar las relaciones entre memoria, ruinas y paisaje cultural, centrándose en la ciudad de Parnaíba, ubicada en la costa de Piauí, en la región noreste de Brasil. Por medio de las memorias orales asociadas al patrimonio industrial, se comprende que la actividad industrial deja sus huellas en los paisajes urbanos, no sólo relacionadas con las diversas huellas de estructuras e instalaciones obsoletas y/o adaptadas a nuevos usos, sino también con las formas en que esos paisajes son significados y resemantizados por las obras de la memoria: es memoria en el paisaje. La memoria en el paisaje es lo que queda como ruina, resistiendo entre la memoria y el olvido, en los paisajes de la ciudad y en los paisajes de la memoria.

Palabras clave: memoria; ruinas; patrimonio industrial; paisaje cultural.

DA INDÚSTRIA A OBJETO DO PATRIMÔNIO: O QUE NOS REVELA O INVISÍVEL DA PAISAGEM?

As culturas da cera de carnaúba e do coco-babaçu deixaram muitas marcas nas paisagens urbanas do Piauí. Nesse sentido, destacam-se a arquitetura, com prédios, casas, sobrados e casarões construídos com as riquezas advindas dessas atividades produtivas, e os vestígios de máquinas e de instalações industriais obsoletas, resultantes da mudança de perfil econômico pós-Segunda Guerra, que ainda permanecem como *ruína*, sobrevivendo em meio às intempéries e aos embaraços do tempo presente.

Semelhante a outras “cidades-beira” do Piauí⁴, a paisagem da antiga região portuária da cidade de Parnaíba, localizada na região do litoral piauiense, a cerca de 333 km da capital (Teresina), é fruto das complexas redes de interligação que se estabeleceram ao longo de séculos, tendo na atividade portuária um dos maiores impulsionadores de seu desenvolvimento comercial e industrial, o qual abrange: pecuária, charqueadas, produção agrícola, extrativismo animal e vegetal, comércio de exportação e importação, indústrias de beneficiamento, malha ferroviária e navegação fluvial e marítima.

Por bastante tempo, a região portuária foi uma das poucas vias de acesso ao interior do estado, e Parnaíba, desde as origens, tinha forte ligação com o Rio Parnaíba⁵, sendo esse um dos traços de sua história, memória e identidade locais. Ao acompanhar o curso do rio, em que o Rio Igaráçu é apenas uma porção desse vasto território, é possível observar carnaubais, manguezais, comunidades tradicionais, famílias que faziam – e fazem – do meio natural adaptado seu território de subsistência, de vida e de sociabilidades. Entre as principais atividades desenvolvidas por essas famílias, ressaltam-se: pesca artesanal (tarrafas e caçoeiras), coleta de caranguejo-uçá, agricultura familiar concentrada na lavoura de arroz e na produção de carvão, extrativismo vegetal (em

⁴ “Cidades-beira” são aquelas que se constituem nas beiras, ou seja, nascem e crescem em função da sua localização à margem de rios. Para saber mais, veja Gandara (2010).

⁵ Localizado na divisa entre os estados do Piauí e Maranhão, com nascente na Chapada das Mangabeiras. Possui cerca de 1.344 km de extensão.

pequena escala), criação de animais de pequeno porte, caça de animais silvestres, lavagens de roupa às margens do rio, lazer, entre outras. Essa paisagem foi moldada, portanto, pelo trabalho e por diferentes ofícios, assim como cotidianos diversos, em que a transformação e apropriação social da natureza, à luz dos condicionamentos ambientais, culturais, sociais e econômicos, emergem como testemunhos da experiência e da evolução humana (Cosgrove, 1998).

A paisagem do conjunto arquitetônico Porto das Barcas – com importantes exemplares de períodos da industrialização piauiense e eixo principal do desenvolvimento econômico e urbano de Parnaíba – é formada por diversas temporalidades, resultantes da apropriação do território por diferentes sujeitos, grupos e coletividades. É um território compreendido como espaço não somente geográfico, mas também vivido e constituído de relações sociais e culturais (Rolnik, 1999).

Figura 1 – Vista aérea da região do Porto das Barcas, na qual se destaca o Rio Igarauçu



Fonte: IPHAN (2008)

Por meio das transformações decorrentes da mudança de perfil econômico, a qual provocou a desestruturação dos pilares das principais atividades econômicas do Piauí (o comércio internacional e a indústria do extrativismo vegetal), a região do Porto das Barcas, especialmente o seu núcleo mais antigo, foi perdendo suas funções originais, transformando-se em um dos principais roteiros turísticos do circuito denominado Delta do Rio Parnaíba ou Delta das Américas.

No período de 2008 a 2011, a região do Porto das Barcas foi tombada como parte do conjunto histórico e paisagístico de Parnaíba, visto ser esta “uma das cidades do Piauí testemunhas da ocupação do Brasil durante o século XVIII” (IPHAN, 2008). Entre os valores identificados nesse conjunto, destacaram-se quatro características: a malha urbana; o acervo arquitetônico (erudito e popular); a paisagem natural das margens do Rio Igarauçu; a paisagem cultural resultante do acervo histórico, paisagístico e arquitetônico. A essas características, foram ainda imbricados “valores imateriais ou intangíveis, relativos à organização social e aos modos de vida tradicionais e peculiares de Parnaíba” (IPHAN, 2008, p. 94). Nas imagens a seguir, pode-se identificar uma parte do subconjunto intitulado “Porto das Barcas e galpões portuários”. Ressaltam-se, ainda, os remanescentes associados às indústrias de beneficiamento do extrativismo vegetal e as casas de comércio do século XX.

Figura 2 – Remanescentes industriais: conjunto Porto das Barcas e galpões portuários



Fonte: Acervo pessoal da autora (2022)

Figura 3 – Remanescentes industriais: conjunto Porto das Barcas e galpões portuários



Fonte: Acervo pessoal da autora (2022)

Não muito distante de outras realidades em que as indústrias atribuíram maior expressividade ao meio, a coexistência de atividades comerciais e industriais, alicerçadas a estruturas portuárias e a infraestruturas de transporte, como o ferroviário e o fluvial, aponta para a adaptação e apropriação dos recursos naturais, que, por sua vez, favoreceram o surgimento e desenvolvimento da cidade. Além disso, importa frisar que o caráter singular da ocupação do homem sobre o território ocorreu como condição *sine qua non* do processo de conformação da paisagem urbana.

Tal fato não se constitui como mera questão econômica, em que os recursos e as possibilidades disponíveis são alicerce, mas atesta como culturas, no plural, se expressam no território. O processo de ocupação do Piauí, no qual as características convergem para semelhanças nas formas de construir e habitar, dando origem a cidades em rede (IPHAN, 2008) ou “cidades-beira” (Gandara, 2010), é uma das marcas dessas singularidades, em que a natureza é o meio, as culturas são os agentes e as paisagens são os produtos dessa articulação (Sauer, 1998). A paisagem cultural pode ser, portanto, compreendida como um registro do homem sobre o território, formada por diversas camadas de tempo que são reflexo da apropriação e agência de grupos e sujeitos diversos.

Quando se pensa no lugar da atividade industrial na preservação do patrimônio cultural do Piauí, os olhares são direcionados para tais singularidades. A indústria piauiense desenvolveu-se de forma distinta se comparada a outras regiões historicamente mais industrializadas do Brasil, em que as indústrias conformaram extensas paisagens industriais, por meio de seus legados materiais remanescentes. Diante desse cenário, a indústria de beneficiamento de produtos como arroz, babaçu, carnaúba, oiticica e tucum, ainda que não tão expressiva do ponto de vista numérico e da diversidade dos processos industriais, imprimiu marcas singulares ao contexto urbano⁶.

Ao observar a paisagem do conjunto arquitetônico Porto das Barcas, nota-se a permanência das marcas ligadas à industrialização materializadas nas chaminés e remanescentes de antigas fábricas, usinas, casas de comércio, estruturas portuárias e de transporte e casas residenciais, de trabalhadores e sócios, erguidas em função da atividade industrial. Esse complexo de atividades permite entender a lógica circulante dos bens industriais e a intrínseca relação destes com a apropriação social da natureza. Na historiografia parnaibana e piauiense, no que diz respeito aos estudos do patrimônio industrial, pouco ainda tem se falado acerca dessas relações e redes de interligação, e a atividade industrial torna-se secundária ou complementar ao contexto econômico experimentado. Mesmo diante desses ocultamentos em que a memória e os usos contemporâneos do passado são basilares, o patrimônio industrial sobrevive, enquanto *ruína*, às intempéries e aos embaraços do tempo presente.

Concernente à noção de ruína, é comum esta se referir a antigas estruturas como casarões, igrejas, galpões, armazéns portuários, pontes, parques industriais, entre outras que foram perdendo suas funções com o passar do tempo, até chegar ao estado de abandono e/ou arruinamento. Todavia, como argumenta Huyssen (2014b), essa noção vai muito além de um fragmento obsoleto do passado, pois está ligada a um sentimento de “desejo nostálgico pelo passado” ou “desejo de um outro lugar” distante do agora, no tempo e no espaço. Essa espécie de “utopia investida” toma como referência promessas e expectativas de um futuro que desvaneceu, de algo que não se concluiu, mas que ainda é capaz de gerar nostalgia.

A *ruína*, na perspectiva de Huyssen (2014b), é, portanto, o que permanece e resiste, mesmo quando deslocado de sua origem, incorporando novos usos e valores decorrentes das novas relações que as sociedades estabelecem com o seu próprio tempo. Entre os principais alavancadores, o autor aponta a “ruína arquitetônica”, ou seja, restos de estruturas desativadas e obsoletas, mas que permanecem, unindo desejos temporais e espaciais por um determinado tempo pretérito.

A nostalgia está em jogo no Atlântico norte quando se observam os restos em decadência da idade industrial e as suas cidades empequenecidas, nas antigas zonas industriais da Europa, na ex-União Soviética ou nos Estados Unidos: fábricas automóveis abandonadas em Detroit, monstruosos fornos de fundição de aço na bacia do Ruhr, integrados hoje nos parques públicos, gigantescos conglomerados industriais do carvão e do aço na Europa oriental, rodeados de cidades fantasmas, sinais indubitáveis do fim do socialismo. Essas ruínas e a sua representação em livros ilustrados, filmes e exposições são um claro sinal de nostalgia pelos monumentos de uma arquitetura industrial correspondente a um passado onde uma cultura pública unia o trabalho e a sua organização política. Sentimos nostalgia pelas ruínas da modernidade porque ainda nos parecem transmitir uma promessa que se desvaneceu na nossa época: a promessa de um futuro diferente (Huyssen, 2014b, p. 88).

⁶ Tais singularidades também podem ser identificadas em contextos rurais.

Importa salientar que Huyssen (2014b) não deixa claro se a nostalgia das ruínas estaria sempre associada a um passado visto como bom, de progresso, de saudade daquilo antes visto como moderno. Sugere, entretanto, que a *ruína* detém muitas temporalidades, algumas das quais tão contraditórias que se torna difícil compreender como falar de uma nostalgia das ruínas no início do século XXI, quando, por exemplo, recordamos cidades bombardeadas durante a Segunda Guerra Mundial, como Varsóvia, Hamburgo, Estalinegrado etc. Para o autor, os bombardeios não apenas produziram ruínas, mas também escombros. Estes são “estetizados” por meio de uma série de filmes e livros de ficção que buscam recontar tais conflitos, transformando os escombros em ruínas.

A *ruína* tem, assim, suas origens no material, no palpável, mas ganha uma dimensão imaterial, deixando de ser uma “ruína autêntica” para se transformar no objeto de uma “nostalgia reflexiva”. Esta última, segundo Huyssen (2014b), valoriza os fragmentos de memória e temporaliza o espaço, sendo capaz de revelar sensações contraditórias. Assim, o desejo nostálgico pelo passado e o pensamento crítico não se opõem, da mesma forma que as recordações afetivas de um determinado passado não impedem de sentir compaixão, refletir criticamente ou fazer juízos de valor sobre fatos ou acontecimentos passados.

Entre a lembrança, o silêncio e o esquecimento, a *ruína* representa, portanto, um fragmento de passado que traz vestígios de um tempo que não é tão distante; é exacerbada de memórias, metamemórias (Candau, 2016), outras [memórias] subterrâneas, silenciadas (Pollak, 1989). Seja como for, a *ruína* é a marca; a cicatriz de um tempo que ainda permanece na paisagem: nas paisagens da cidade e nas paisagens da memória. A paisagem, entendida aqui tanto como documento que expressa a relação do homem com a natureza (Ribeiro, 2007) quanto como memória (Schama, 1996), é a expressão visível e, simultaneamente, invisível das transformações que ocorrem ao longo do tempo e que se apresentam nas sociedades contemporâneas como *ruína* (Huyssen, 2014a).

Entre o sensível e o factual, o visível e o invisível, indaga-se: o que a paisagem é capaz de revelar, para além daquilo que os olhos alcançam ou do que os ouvidos já se acostumaram a escutar? Ela se configura como obra da mente, do olhar de quem a observa (Schama, 1996), e esse olhar nunca é destituído de um sentido político. É preciso todo um trabalho de prospecção para enxergar o que está além da paisagem como espaço físico, reveladora da apropriação social do território (Costa, 2003), e além dela como espaço simbólico, apropriada pelas demandas do contemporâneo que presentificam ausências, reconfigurando temporalidades (Pesavento, 2008).

Em percurso quase etnográfico, como um *flâneur* nos caminhos da memória, em um esforço contínuo para oferecer subsídios à escrita da memória e do patrimônio, nota-se que muitos são os agentes que, com base em diferentes experiências e em um determinado lugar de fala, atribuem sentidos à paisagem. Ao adentrar no âmbito do sensível, do experimentado, alguns desses agentes chamam a atenção em virtude da natureza das relações que estabeleceram e que, de outras formas, estabelecem com o meio – indústria, trabalho, memória e patrimônio –, em um processo contínuo de (re) criação de identidades.

Por meio de memórias orais associadas ao patrimônio industrial, o objetivo deste artigo é, portanto, perceber as relações entre memória, *ruína* e paisagem cultural, focando na cidade de Parnaíba, litoral do Piauí.

NARRATIVAS DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL DA CIDADE DE PARNAÍBA (PI): OUTRAS VOZES E OUTROS USOS A RECONFIGURAR TEMPORALIDADES

Nas entrevistas realizadas⁷, há relatos do suor derramado durante a labuta diária, das queimaduras provocadas pelas caldeiras de cera de carnaúba e óleo de babaçu, das dores de cabeça desencadeadas pela “quentura” e “pressão” das máquinas e instalações industriais, das advertências, das suspensões, das insatisfações com jornadas de trabalho, salários e contratos, dos conflitos entre patrões, capatazes e empregados, das paralisações, mobilizações sindicais e ações na Justiça do Trabalho. Veem-se espaços estrategicamente criados para abrigar funções concretas e produtivas, por vezes insalubres e degradantes e, portanto, reveladores de experiências nem sempre tão positivas, mas sob a ótica da memória e do patrimônio esses espaços, outrora associados ao trabalho e à produção industrial, passam a adquirir novos valores e usos (Ferreira, 2009), inaugurando outras temporalidades.

Por meio da análise das memórias orais de sujeitos que trabalharam em espaços industriais no Piauí no período de 1950 a 1980, em especial nas antigas fábricas do complexo Moraes S/A⁸, localizadas na antiga região portuária de Parnaíba, é possível perceber que a indústria foi capaz de criar ritmos, conflitos e sociabilidades. A atividade industrial alterava não apenas a paisagem urbana com suas várias estruturas e infraestruturas, mas também as percepções temporais e espaciais de diversos sujeitos e grupos, ditando horários, ritmos e hábitos. O costume de ir a bares e botequins depois do expediente de trabalho, por exemplo, aparece com maior frequência nas entrevistas de história oral. Apesar de haver distinções entre categorias de trabalhadores quanto ao tipo de bar frequentado, era um costume que fazia parte do cotidiano, fossem eles “trabalhadores de fábrica”, “trabalhadores braçais” ou “funcionários de escritório”.

Outros costumes e sociabilidades que integravam o viver e o consumir do espaço urbano, como os times de futebol com campeonatos, formados por trabalhadores de indústrias e casas comerciais, além dos atos de acordar, almoçar e “se deitar” em função do apito das fábricas, também faziam parte, expressivamente, dos ritmos empreendidos pela indústria, ainda lembrados com saudade e entusiasmo. Esses apitos, que se repetiam várias vezes ao longo do dia, podiam ser escutados do outro lado do Rio Igaráçu, no atual município de Ilha Grande, incorporados como um referencial de tempo por parte de moradores locais. Para muitos, eram sons que marcavam a hora de “ir para o serviço”, de almoçar, de descansar, de levantar-se, de retornar ao labor diário. Era o barulho do trabalho, da luta pela subsistência.

A indústria destacava-se, assim, não apenas por sua extensão territorial, por meio das várias estruturas e instalações, mas também por sua influência atmosférica, com o som dos apitos das usinas São José e Alberto Correia, que se repetia várias vezes ao longo do dia. Além disso, havia o cheiro dos sabões e sabonetes Moraes, que se propagava pelas redondezas do Porto das Barcas, o movimento dos trabalhadores e trabalhadoras enfileirados em frente aos grandes portões das fábricas, atravessando as ruas, entrando e saindo dos estabelecimentos fabris, a fumaça das chaminés, o barulho das máquinas e dos equipamentos industriais. Toda essa paisagem (sonora, visual e olfativa), a qual

⁷ Tomam-se aqui como fonte dez entrevistas de história oral, realizadas com trabalhadores da anterior Indústria Moraes S/A, em Parnaíba (PI).

⁸ Fundada em 1904, Moraes S/A foi uma indústria especializada no beneficiamento da cera de carnaúba e na extração de óleos vegetais do babaçu, da oiticica e do tucum. Produzia óleo alimentício, ceras para assoalho, velas para iluminação, glicerina, sabões, sabonetes, entre outros.

evidenciava o funcionamento da atividade industrial, não correspondia a algo isolado, mas agregava-se a outros elementos que caracterizavam a dinâmica e o funcionamento da própria cidade, conformando experiências e agências.

Figura 4 – Remanescentes industriais: Indústrias Moraes S/A



Fonte: Acervo pessoal da autora (2018)

Com as transformações econômicas que atingiram significativamente a atividade industrial, em posição de dependência com as atividades do comércio internacional, houve não somente a perda de diversos empregos e ofícios, mas também mudanças no ritmo de vida desses trabalhadores e da comunidade local, bem como na própria cidade e nas formas como esta era vivida e consumida. Hoje, sem “os Moraes”, parte desses sujeitos compartilha, em suas narrativas e fragmentos de memória, a sensação de viver um novo tempo. A urbe já não possui a movimentação e a agitação que caracteriza seu passado histórico, rememorado com base nos ritmos das atividades produtivas, comerciais e industriais. Continua sendo uma cidade barulhenta, mas já não são os mesmos burburinhos; são outros diálogos, outras gargalhadas, transbordadas pelos novos costumes e hábitos da contemporaneidade.

Nesse contexto, os espaços que anteriormente abrigavam atividades do trabalho e da produção industrial, hoje em estado de abandono ou abrigando outras funcionalidades, permanecem marcados nas memórias de sujeitos que dedicaram longos anos de suas vidas a esses espaços. Eles viram seus filhos crescer graças ao trabalho árduo desempenhado diariamente e construíram vidas e sonhos em meio à movimentação de uma cidade agitada e portuária. Esses indivíduos, antes imersos em um estilo de vida ritmado pelo chão das fábricas, agora passam a ter suas vidas remodeladas não apenas pela ausência de seus locais de trabalho, mas por uma nova forma de experiência urbana. Raimundo da Cunha, conhecido como Sansão, que trabalhou nas Indústrias Moraes S/A por cerca de 30 anos, entre 1957 e 1987, exercendo diferentes funções como porteiro, marceneiro e carpinteiro, assim rememora:

A cidade era muito diferente. Esse Porto das Barcas aí, o movimento de Parnaíba. Aqui recebia tudo, tudo fluvial. As barcas tava tudo aí, rebocador. Vinha de Floriano, Teresina, de seis barcos de lá pra cá, cheim. Eles [os Moraes] traziam muita carga. Toneladas e toneladas do Moraes passava tudo naquela balança. Naquele tempo, era muita coisa. Hoje, não tem mais nada [...]. Olha, quando eu entrei, em 57, funcionava lá e cá [Usina Alberto Correia e Usina São José]. E era dia e noite. Meu irmão, era difícil parar, 10 dias, 15 dias. Mas era difícil. Olha, caminhão carregado de material, cera, pó, babaçu, fazia fila. Podia entrar tudo numa vez, que não cabia lá dentro [da Alberto Correia]. Descarregando, descarregando, passava o dia todinho descarregando. Os armazéns era uma coisa estúpida (Cunha, 2018).

Na narrativa de Sansão, que recorda sua trajetória de vida como trabalhador das Indústrias Moraes S/A, nota-se um contraste entre a cidade de outrora, lembrada como um tempo em que se tinha tudo, de forma “estúpida”⁹, e a cidade atual, onde já não há mais nada. Para ele, o tempo “dos Moraes”, referência na atribuição de sentidos à cidade, era diferente e um contraponto ao tempo reinventado como novo, sem as riquezas do passado. Nesse processo de construção social da memória, o sentimento de perda e de esvaziamento em relação ao presente acarreta uma espécie de silenciamento, e até mesmo de esquecimento, em relação a determinados fatos e acontecimentos passados, como os conflitos no ambiente fabril e os enfrentamentos do trabalho árduo.

Tais relações, que evidenciam certa nostalgia e desalento diante do que se apresenta aos olhos – fábricas desativadas e em estado de abandono e arruinação –, também aparecem nas memórias de outros trabalhadores entrevistados. Raimundo Nonato, conhecido como “Pé Vêi”, que trabalhou cerca de 35 anos para as Indústrias Moraes S/A e exerceu várias atividades, destacando-se as de natureza administrativa nos setores “da produção”, narra o seguinte:

A gente fazia uma bandeja de inox. Aí, na hora vinha todo mundo pra comer. Ave Maria! Eu sinto assim uma tristeza tão grande. Eu criei minha família trabalhando lá e o Dr. Flávio [diretor industrial] era uma pessoa boa. Ele gostava de ver o bandejão quando nós ia merendar. Dizia: Ah, rapaz, eu num posso nem comer um pedaço desse peixe frito com vocês, que é problema... Se tivesse lá, eu ainda tava lá, porque eu trabalhava na administração, e o homem [Dr. Flávio] era muito bom comigo (Nonato, 2016).

Na temporalidade da memória, em que as marcas físicas do trabalho fabril já não são tão perceptíveis como as de “Pé Vêi”, assim apelidado em razão de um dos seus pés ter sido queimado pelas caldeiras de cera de carnaúba, o que sobrevive na paisagem é o significado atribuído pelos sujeitos. Assim, são as experiências do trabalho e o valor dado a estas que conferem essa significação cultural. Nesse contexto, a memória funciona como importante vetor na construção do patrimônio, ainda que a palavra “patrimônio” não apareça nessas narrativas. Tal construção, por sua vez, ainda que se trate de um mesmo grupo social – “trabalhadores de fábrica” ou “trabalhadores braçais” –, não é unívoca, mas distinta e conflitante, assinalando como o patrimônio industrial guarda valores diversos, em disputa por parte dos sujeitos e grupos que fazem parte da memória.

Somado a isso, a narrativa de José Guimarães, conhecido como “Cachimbo”, demonstra como essas relações entre atividade industrial e memória do trabalho e dos trabalhadores revelam uma tensão entre o experimentado como passado e a temporalidade do patrimônio.

Ainda hoje eu me lembro de tudo que fizeram comigo. Eu tinha 23 anos e 6 meses de carteira no dia que eu fui. Hoje, um negócio aí dum rio aí alagado, que andou alagando o pessoal. Aí muita gente tirou dinheiro lá e era obrigado a firma dá para as pessoas pra, não sei por que era não. Ainda hoje tem essa arrumação. Aí, eu nunca pedi. Eu passei esse tempo todinho e nunca pedi um vale de nada dentro da firma. E quando foi no dia do meu pagamento que eu fui, que eu fui receber lá na Justiça do Trabalho [...]. Nós era quatro. O meu dinheiro deu 95 reais. De 23 anos e 6 meses de carteira. Nunca pedi nada. Meu dinheiro só deu este. Hoje eu conto pros meus colegas: tu tá com mentira! Rapaz, eu não vou tá com mentira com ninguém, porque se eles tivessem me dado mais, eu teria dito que eles me deram mais. Mas o meu dinheiro, que eu dei durante esses vinte e poucos anos, foi só esse dinheiro aqui: 95 reais. A dona [...] [esposa de um dos sócios], cheguei lá fora, a dona [...] me deu 5 reais, completou 100 reais [silêncio]. Viu? Ainda hoje, quando às vezes eu me lembro assim, me dá vontade de eu chorar (Guimarães, 2018).

⁹ “Estúpida”, no sentido empregado pelo entrevistado, fazia referência a algo qualificado como grandioso.

“Cachimbo” trabalhou nas Indústrias Moraes S/A por 23 anos e alguns meses, inicialmente como “trabalhador de fábrica” ou “trabalhador braçal” no setor de refinamentos de cera de carnaúba, passando pelas caldeiras e, posteriormente, exercendo o transporte terrestre de mercadorias; ademais, foi vigia na residência de um dos sócios da indústria. Em suas memórias, relata a saudade do trabalho, da fábrica, dos amigos, dos patrões “carrascos”, mas também “gente boa”, além de outros eventos do cotidiano do trabalho, narrados com entusiasmo.

Apesar da saudade e das expressões faciais de alegria, “Cachimbo” relembra momentos considerados “muito ruins” por ele, como o ritmo do trabalho pesado, a “quentura” de máquinas e instalações, os acidentes de trabalho, que quase o fizeram perder um dedo e o emprego, a rigidez dos patrões e capatazes, além de, mesmo sendo um funcionário exemplar e nunca ter pedido “um vale de nada”, não ter recebido os direitos trabalhistas. Para ele, o tempo “da firma” é também um tempo de sofrimentos.

Eu trabalhei esse tempo todinho e ainda hoje eu sinto saudade. Foi um tempo que eu passei, que sofri muuuito. Porque eu penso assim: se fosse hoje, eu não vinha mais me embora dacolá pra casa. Eu tinha que tirar o resto da noite lá. Se desse pra mim vim, se não desse, eu rodava [pernoitava]. Porque eu saía daqui 5 (cinco) hora da manhã e chegava 12 (doze) hora da noite de volta em casa (Guimarães, 2018).

A paisagem surge, assim, não apenas como parte de um tempo bom, de progresso comercial e industrial, mas se associa aos enfrentamentos do trabalho fabril. São memórias de labuta, de sofrimentos, movidas pelo sentimento de esvaziamento e perda de um espaço de trabalho, em que a saudade e a ressemantização do passado acontecem a partir de outros referenciais identitários.

É certo que a indústria, ou “firma”, como prefere “Cachimbo”, também se torna importante para a cidade e seu desenvolvimento. Assim como outros trabalhadores entrevistados, “Cachimbo” relembra e incorpora memórias de uma firma “muito rica”, com abundantes armazéns, guindastes, navios, barco, avião, e lembra também da diversidade e da qualidade dos itens produzidos, tais como cera de carnaúba, babaçu, sabões e sabonetes. Lamenta, por fim, o encerramento de suas atividades e a situação atual de abandono e arruinamento. Em contrapartida, as memórias vêm acompanhadas de outros posicionamentos que nem sempre revelam uma relação positiva com os espaços, evidenciando como a *ruína* carrega diversas temporalidades, algumas tão contraditórias que a compreensão se mostra difícil. Como sentir saudades de uma época que também é capaz de gerar aborrecimentos e/ou sofrimentos? Ao apontar insatisfações com jornadas de trabalho e salários, a fala de “Pé Véi”, que de início havia relatado apenas boas lembranças, também é sensível:

Uma vez nós fizemos uma zoada lá [na Usina Alberto Correia], porque nós trabalhamos 5 domingos direto. E nossa briga era assim: porque quem trabalha o domingo, tem direito a 9 dias. Ou que você trabalha, não trabalha, você tem direito a 7. Porque o domingo nos exigia dobrado. Porque domingo ninguém queria ir. Aí, era uma enrolada assim. Porque uma firma aí pra fora, era assim: você quer trabalhar amanhã? Você quer trabalhar amanhã? Pois assine aqui. Aí, o Ministério traz uma autorização. E ali [na Moraes] nada disso! Aí, o Dr. [...] [um dos sócios da empresa] chegou. Você não tá satisfeito de trabalhar o domingo? Tô não! Porque eu já ganho o domingo. Eu trabalhar o domingo, eu não ganho nada, só ganho mesmo o dia que é pra ser dobrado. Sim, mas você recebe quantos dias? Recebo 8 dias. É 9! Não mais [...]. Não, Dr. [...], mas como que tá certo? É dobrado. É 50%, Dr., mas tudo é comprado, essas autoridades. Hoje ninguém é de ninguém (Nonato, 2016).

Ao contrário de bens valorizados por sua excepcionalidade histórica e/ou arquitetônica, os estabelecimentos, como fábricas e usinas, nem sempre são motivo de orgulho e/ou contemplação. Em realidade, podem revelar estigmas, como as marcas do trabalho fabril nas mãos, nos pés e nas expressões faciais, bem como a divisão entre classes sociais, tanto no que se refere às hierarquias nas próprias fábricas, pela distinção entre “categorias de trabalhadores”, quanto fora desses espaços, momento em que o trabalhador industrial, sobretudo “braçal”, percebia a discriminação, seja ao atravessar as ruas em suas vestimentas de trabalho habituais, seja nos bares e botequins que costumava frequentar.

Além disso, havia a insalubridade do interior das fábricas, o perigo, a poluição e as consequências à saúde humana ocasionadas pelas máquinas e instalações industriais, a exploração da classe trabalhadora e suas lutas por melhores condições de vida e trabalho, bem como identificações, por vezes negativas, relacionadas ao “trabalhador braçal” ou ao “trabalhador de fábrica”. Esses fatores têm transformado o patrimônio industrial em objeto de controvérsias: por um lado, pode revelar, por meio de lembranças de caráter nostálgico, o desenvolvimento das indústrias e da industrialização, assim como iluminar elites comerciais e industriais; por outro, pode revelar aspectos negativos ou dissonantes, tornando a construção do patrimônio industrial um espaço de luta material e simbólica (Canlini, 1994).

A atividade industrial vai, assim, deixando suas marcas nas paisagens urbanas, o que acontece não apenas por meio dos diversos vestígios de estruturas e instalações obsoletas e/ou adaptadas a novos usos, mas também pelas formas como essas paisagens vão sendo significadas e ressemantizadas pelos trabalhos da memória. É a memória na paisagem, e essa memória é o que permanece resistindo entre a lembrança e o esquecimento, nas paisagens da cidade e da memória. Logo, é a *ruína*, porque presentifica ausências, reconfigurando temporalidades. Como memória, o patrimônio industrial não apenas exprime o passado das indústrias, de suas estruturas/infraestruturas, e de “grandes homens” que se destacaram em seu desenvolvimento, mas é também *ruína* de uma paisagem cultural associada ao trabalho e aos enfrentamentos da produção industrial.

Nos silêncios e na fantasmagoria dos vazios urbanos industriais, há mais histórias e memórias que as demandas do tempo presente buscam recuperar e cristalizar com narrativas, oralidades e práticas preservacionistas, as quais endossam passados de labuta por meio de narrativas de patrimônio¹⁰. É preciso pensar, portanto, a dimensão do trabalho articulada às dimensões da memória e do patrimônio, lançando luz nas disputas simbólicas que perpassam a construção dos remanescentes da industrialização como bens culturais. Como observou Meneguello (2011), o que se deve estudar não são as coisas em si, mas homens e mulheres em suas relações sociais, com base nos vestígios materiais de produção e subsistência, os quais permitem compreender modos de viver, relações de poder, usos políticos e sociais do passado consubstanciados por conflitos de interesses entre sujeitos e grupos diversos.

Quanto às ausências ainda existentes do patrimônio industrial como objeto de estudos da História Social, há de se notar que os espaços fabris têm uma longa trajetória de estudos e pesquisas cujas chaves de leitura giram, sobretudo, em torno de abordagens e conceitos pertinentes à história social do trabalho. Quando se fala em indústria e estabelecimentos fabris, grandes motores de desenvolvimento econômico e/ou urbano de diversas cidades e estados, uma das primeiras imagens a surgir é a do trabalhador que

¹⁰ Aqui é realizada uma crítica às formas como o patrimônio industrial tem sido tratado no âmbito das ações de preservação do patrimônio cultural, que muitas vezes desconsideram a importância desses vestígios em suas relações com a memória do trabalho, dos trabalhadores e das comunidades locais; ou, ainda, do cotidiano e do trabalho, segundo a perspectiva de Meneses (2006) no texto “A cidade como bem cultural”.

lutava em busca da sobrevivência cotidianamente, em meio à exploração e à alienação do trabalho. Durante bastante tempo, essa imagem do trabalhador industrial, que lutava contra as mazelas da vida cotidiana, foi sendo cristalizada por narrativas historiográficas que buscavam, e ainda buscam, problematizar os espaços de trabalho e da produção fabril por meio de conceitos como classe social, trabalho e luta política. O trabalho restrito ao espaço das fábricas, com todos os dispositivos de controle e dominação, responsáveis por invadir a vida e o cotidiano do trabalhador para além dos espaços de trabalho e produção, seria abordado, durante grande parte do século XX, por uma concepção que identificaria o trabalhador industrial como potencialmente revolucionário (Amorim, 2010), no entanto as transformações que assolaram os mundos do trabalho a partir do final da década de 1980 e, de forma mais acentuada, no decorrer da década de 1990 contribuíram não apenas para o processo de fragmentação e de uma suposta heterogeneidade da classe trabalhadora, mas também para o desenvolvimento de um leque de teorias que passaram a questionar a centralidade do trabalho e, conseqüentemente, as análises marxistas até então predominantes (Amorim, 2010).

Diante dessas mudanças de paradigma, a noção de patrimônio industrial oferece a possibilidade de novos olhares sobre o passado das indústrias e da industrialização, por meio de uma temporalidade marcada não mais pelo viés da exploração e da luta política, mas pela ausência e pelo risco de desaparecimento de uma memória social associada a processos de industrialização e “desindustrialização”. Conforme a Carta de Nizhny Tagil, o patrimônio industrial pode ser entendido como

os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infra-estruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação (Ticcih, 2003, p. 4).

O patrimônio industrial é, portanto, tudo o que se refere a contextos de industrialização e que se configura, no tempo presente, como marcos na paisagem cultural: contextos econômicos e urbanos, processos de industrialização e desindustrialização, desenvolvimento de produtos, técnicas e tecnologias (Ticcih, 2003), bem como a dimensão imaterial associada à cultura industrial, como memórias do trabalho e dos trabalhadores, modos de viver, conhecimentos, artes e ofícios (Ticcih-Espanha, 2018).

Entendendo-se que o patrimônio cultural industrial não é o avesso da experiência, mas sintoma de como as diferenças entre as classes sociais se traduzem em bens, lugares, práticas e espaços patrimonializáveis, é preciso compreender que se deve ir até o subterrâneo para perceber que a memória e o patrimônio são construídos com o ocultamento de outros agentes, cujas subjetividades também se ancoram nas pedras, no visível e no invisível da paisagem cultural. O visível diz respeito àquilo que os olhos não mais podem ver: trabalhadores e trabalhadoras em seus espaços de trabalho, enfileirados em frente aos grandes portões das fábricas, atravessando ruas, nos bares e botequins da cidade; máquinas e equipamentos industriais, despertando ritmos, imagens, sons, cheiros. O invisível, por sua vez, diz respeito ao processo de construção dos vestígios da cultura industrial objeto do patrimônio, que ocorre mediante a ressemantização das paisagens contemporâneas; aquilo outrora visível se torna invisível em sua dimensão material e imaterial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no que foi discutido ao longo deste texto, é possível compreender que o patrimônio industrial representa períodos de desenvolvimento com profundas consequências históricas e sociais e se configura, no tempo presente, como marco na paisagem cultural, tanto em sua dimensão material quanto imaterial. Enquanto não existir, no entanto, um *trabalho de memória* que trate os remanescentes da industrialização como parte das práticas sociais, dos modos de viver, dos saberes, dos fazeres, das experiências e das agências, o patrimônio industrial de uso fabril continuará relegado a segundo plano e, ainda, usado e apropriado por aqueles que utilizam os bens culturais como instrumentos de criação e legitimação de suas próprias narrativas de interesse.

A falta de diálogo entre as instituições de preservação do patrimônio cultural e as comunidades locais tem tornado a permanência desses vestígios objeto de controvérsias, sobretudo pelas formas que eles têm sido encontrados na malha urbana. Em meio à seletividade do que deve ou não ser conservado e promovido a *status* de patrimônio, o patrimônio industrial fabril parece não ter o mesmo grau de atratividade para justificar vultosos investimentos em sua revitalização e/ou conservação.

Em meio à flexibilização e à precarização das relações de trabalho, que tornaram o trabalhador, industrial ou não, mercadoria descartável, surge o questionamento de como o patrimônio industrial, muitas vezes subutilizado ou em estado de abandono/arruinamento, também contribui com a obsolescência e a marginalização desse trabalhador – um “trabalhador de fábrica” ou “trabalhador braçal” que não se encontra mais nos seus espaços de trabalho nem nos espaços do patrimônio. Dessa forma, a mudança encontra sua expressão não apenas na obsolescência, no esvaziamento e no silêncio dos espaços industriais e fabris, mas na vida e no cotidiano do trabalhador: seus conhecimentos, seus ofícios, seus saberes, suas experiências, suas dores e seus sofrimentos transformados em memórias subterrâneas.

Portanto, deve-se refletir quanto ao lugar ainda periférico dos estudos do patrimônio industrial no campo do patrimônio cultural brasileiro, sobretudo na região Nordeste, ainda pouco visibilizada no âmbito dos debates em torno da preservação do patrimônio industrial, haja vista as particularidades de seus processos produtivos e de industrialização, bem como a própria noção do que é considerado indústria. A região Nordeste como um todo e, particularmente, o estado do Piauí apresentam diversos vestígios, materiais e imateriais, de atividades industriais e fabris que foram sendo transformadas ou que desapareceram em sua totalidade. Muitos desses vestígios ainda sobrevivem nas paisagens das cidades como memórias, *ruínas*, o que requer colocar o problema da dimensão do trabalho de forma articulada às dimensões da memória e do patrimônio.

Experiências e agências gestadas em meio a sistemas opressores e esmagadores são, também, formadoras de muitos patrimônios, alguns tão dissonantes que continuam silenciados, negligenciados em fachadas e chaminés tombadas. Entendendo-se os remanescentes da industrialização do Piauí, em especial da cidade de Parnaíba, como *ruína* e paisagem cultural do trabalho e da produção industrial, o objetivo deste artigo foi trazer à tona as contradições de um patrimônio dissonante quando suas temporalidades são questionadas.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Henrique. Centralidade e imaterialidade do trabalho: classes sociais e luta política. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 367-385, 2010.
- CANCLINI, Néstor García. O patrimônio cultural e a construção imaginária do Nacionalismo. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 95-115, 1994.
- CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2016.
- COSGROVE, Denis. **Social formation and symbolic landscape**. Madison: University of Wisconsin Press, 1998.
- COSTA, Otávio José Lemos. Memória e paisagem: em busca do simbólico dos lugares. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 33-40, jan./jun. 2003.
- CUNHA, Raimundo da. **Raimundo da Cunha**: entrevista oral [18 jul. 2018, Parnaíba (PI)]. Entrevista concedida a Alexandra Veras.
- FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Patrimônio industrial: lugares de trabalho, lugares de memória. **Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 22-35, 2009.
- GANDARA, Gercinair Silvério. **Rio Parnaíba... cidades-beira (1850-1950)**. Teresina: EDUFPI, 2010.
- GUIMARÃES, José Maria. **José Maria Guimarães**: entrevista oral [14 set. 2018, Parnaíba (PI)]. Entrevista concedida a Alexandra Veras.
- HUYSSSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente**: modernismos, artes visuais, políticas da memória. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014a.
- HUYSSSEN, Andreas. **Políticas de memória no nosso tempo**. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2014b.
- IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Cidades do Piauí testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII**: conjunto histórico e paisagístico de Parnaíba. Teresina: IPHAN-PI, 2008.
- MENEGUELLO, Cristina. Patrimônio industrial como tema de pesquisa. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE, 1., 2011, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Udesc, 2011. p. 1819-1834.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A cidade como bem cultural. *In*: MORI, Victor Hugo; SOUZA, Marise Campos de; BASTOS, Rossano Lopes; GALLO, Haroldo (org.). **Patrimônio**: atualizando o debate. São Paulo: 9SR/IPHAN, 2006. p. 34-53.
- NONATO, Raimundo. **Raimundo Nonato**: entrevista oral [9 abr. 2016, Parnaíba (PI)]. Entrevista concedida a Alexandra Veras.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, memória e centralidade urbana. **Revista Mosaico**, Goiás, v. 1, n. 1, p. 3-12, jan./jun. 2008.
- POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

ROLNIK, Raquel. Lei e política: a construção dos territórios urbanos. **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 18, p. 135-154, maio 1999.

SAUER, Carl O. A morfologia da paisagem. *In*: CORRÊA, Roberto Lobato; HOSENDAHL, Zeny (org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 12-74.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

TICCIH – THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF INDUSTRIAL HERITAGE. **Carta de Nizhny Tagil**, 2003.

TICCIH-ESPANHA. Carta de Sevilha de Patrimonio Industrial 2018: los retos del siglo XXI. *In*: **SEMINARIO DE PAISAJES INDUSTRIALES DE ANDALUCÍA PENSANDO EL PATRIMONIO INDUSTRIAL: LOS RETOS DEL SIGLO XXI**, 7., 2018. Espanha: Centro de Estudios Andaluces, 2018.